
ARTIGOS

Persp. Teol. 20 (1988) 9-33

POBREZA E RIQUEZA NO EVANGELHO DE LUCAS

Alberto Casalegno S.J.

Os evangelhos são documentos de uma época: anunciam ao homem de todas as épocas a boa nova da salvação, que se manifesta em Jesus Cristo, mas estão situados em momento histórico particular. Se cada evangelista redige o material da tradição, respondendo às necessidades da sua comunidade, nada impede que no evangelho se dêem informações precisas sobre a situação econômica e sócio-política da época de Jesus. Essa afirmação adquire maior evidência se se tem em conta, seja o fato de que muitos dados pertencem à tríplice tradição sinótica e estão presentes também em outras camadas do material revelado, seja a correspondência que há entre as informações fornecidas pelos evangelhos e as de autores profanos da época.

No pano de fundo dos outros evangelhos, Lucas, como historiador que é, traça um quadro da sociedade do tempo de Jesus, com grande abundância de particularidades, que permitem uma melhor compreensão da mesma. É este quadro da Palestina do início do primeiro século — tal como aparece no terceiro evangelho — que nos propomos explicitar, mostrando, em seguida, as linhas operativas que Lucas propõe numa tal situação. Podem ser sugestões úteis para nosso agir cristão atual.

I. AS DIFERENÇAS ECONÔMICAS

A sociedade com que Jesus toma contato e em que se encarna sua ação, apresenta classes profundamente diversificadas no que se refere a suas rendas.

a) Os pobres

Lucas é particularmente sensível a esta realidade. Trata-se dos efetivamente necessitados, no sentido concreto da palavra: de fato, ele não conhece o termo abstrato "pobreza" e nas bem-aventuranças específicas que o auditório de Jesus são mesmo os pobres, os miseráveis, não os pobres de espírito, idealizando, assim, o desapego dos bens e fazendo

dele uma virtude do cristão.

O termo *ptôchos*, que indica esta categoria social, serve para qualificar os que não têm meios de subsistência, a quem falta o necessário e não têm sequer os meios para obtê-lo¹. São os indigentes em extrema necessidade a quem é preciso dar esmola para que possam sobreviver. Eles se encontram numa situação que determina um profundo estado de vergonha e de temor, gerando desejo de retirar-se e vontade de desaparecer.

Se o termo grego *ptôchos* indica a condição econômica do pobre, o substrato semítico, representado pelos lexemas *ʾānī, dal, ʾebyōn, rāš*, coloca em evidência ao invés, as implicações sociais dessa situação de miséria que têm que ser tida em conta para que haja uma compreensão exata da linguagem bíblica. No AT pobre é especialmente quem se encontra em estado de inferioridade diante dos poderosos, a vítima sem voz dos exploradores e dos inescrupulosos, o oprimido à mercê de seu opressor, o que tem que se curvar diante de quem tem autoridade.

Lucas, sensível aos matizes de significado, distingue esta categoria dos paupérrimos daqueles a quem, se não têm o supérfluo, não lhes falta o necessário para levar em frente uma vida de limitações e penúria. A viúva que faz sua oferta no tesouro do templo, definida, apenas por Lucas, como *peníkhra* (21,2), pertence a este grupo de necessitados.

No discurso da planície, a categoria dos pobres é posta em relação com a dos que têm fome (*peinôntes*) e com a dos que choram (*klaîôntes*) (6,20-21). De fato, as três primeiras bem-aventuranças referem-se à mesma categoria social, considerada segundo perspectivas complementares². A pobreza é especificada, assim, como falta de alimentação, como privação do sustento necessário. O verbo é usado, tanto para descrever a fome que Jesus sente no deserto, depois que por quarenta dias "não comeu nada" (4, 2a), quanto a necessidade natural que não se pode adiar e que, portanto, tem que ser anteposta ao próprio mandamento positivo de Deus (6,3). É a triste situação apresentada muitas vezes no AT por ocasião de seca (1 Rs 17,12), carestia (Gn 41,54; Rt 1,1), guerra (Jr 42,14). Tal estado de privação e infelicidade se manifesta exteriormente no choro (17,13.38; 8,52).

Desde as primeiras páginas de seu evangelho, Lucas apresenta esta

¹ J. DUPONT, *Le Beatitudini*, I, Roma 1973, 521-555; A GEORGE, "Pauvres", *DBS VII* (1962) 387-406; I. NEUTZLING, *O Reino de Deus e os pobres*, São Paulo, 1986, 72-81.

² As três primeiras bem-aventuranças se inspiram no texto de Is 61, 1.2.6 e no contexto geral do livro da "consolação" (Is 49, 10; 55, 1-3). Cf. DUPONT, *Beatitudini*, I, 635-637; NEUTZLING, *O Reino*, 71-72.

dramática realidade. Entre as multidões que escutam o Batista, há gente a quem falta com que vestir-se e alimentar-se (*tô mê echonti*, 3,11). Se o evangelista recorre a modelos estereotipados para indicar esta situação de extrema necessidade (Tg 2,15; Jó 31,16-20; Is 58,7)³, é interessante notar que os necessitados são descritos como carentes até mesmo da túnica que está sobre a pele (*chitôn*), distinta, portanto, do manto, que é a roupa no sentido próprio da palavra (*himation*).

Nesta categoria social dos últimos estão situados em primeiro lugar os *mendigos*. A figura de Lázaro que jaz à porta da casa do rico, coberto de úlceras e faminto (16,20), é um exemplo típico desta condição.

Lucas amplia a categoria dos pobres, incluindo nela, não só os economicamente necessitados, mas também os *doentes*, os deficientes físicos. De resto, também é verdade que no Oriente Médio essas duas categorias coincidem: quem está doente está também na necessidade, obrigado a viver da ajuda alheia. Isto fica evidente no relato da legação dos enviados de João Batista (7,18-30). A declaração de Jesus de que "os pobres são evangelizados" não deve ser entendida como um sinal ulterior que se acrescenta à cura dos coxos, dos leprosos e dos surdos (v. 22), mesmo que em Lucas o anúncio do evangelho tenha sua autonomia própria em relação aos milagres que Jesus opera (4,43; 8,1; 20,1). Neste trecho é de fato significativo notar que o evangelista (e apenas ele), antes de Jesus responder aos mensageiros do Batista, põe em relevo que ele "liberta muitos de suas doenças, de suas enfermidades e de espíritos imundos" (v. 21), mas não menciona nenhuma obra de evangelização. Porque a ação de Jesus no v. 21 está estreitamente ligada, na redação lucana, à resposta do versículo seguinte, é possível deduzir que o termo "pobres", no texto, se refere aos deficientes físicos aqui mencionados⁴. Esta observação vale também para o texto 4,18-19. O mesmo reparo serve para a parábola do grande banquete (14,15-24): os que vêm a ocupar os postos deixados vagos pelos convidados que não aceitaram o convite, são "pobres, enfermos, cegos e coxos" (v.21). O termo *enfermos* (*anapêroi*), que em todo o NT ocorre apenas duas vezes, ambas em Lucas, indica, no texto, a estreita relação que existe para o evangelista entre a categoria dos pobres e a dos doentes. Em 14,13, onde ocorre ainda o mesmo termo, se explicita que tais enfermos não têm posses, pois não podem retribuir os favores recebidos.

³ H. SCHÜRMAN, *Il Vangelo di Luca*, I, Brescia 1983, 313-314.

⁴ J. DUPONT, "Jésus annonce la Bonne Nouvelle aux pauvres", *Evangelizare pauperibus. Atti della XXIV Settimana Biblica*, Brescia 1978, 127-189 (180-183).

Também o mendigo aleijado da "Porta Bela", doente e pobre ao mesmo tempo (At 3,1-10), é qualificado em 4,9 simplesmente como *fraco (astenês)*. Pobres, portanto, para Lucas, são tanto os mendigos que pedem esmola nos lugares de maior afluência de povo ou ao longo das estradas (18,35), como a ampla gama dos doentes do seu tempo.

No evangelho de Lucas se encontram também categorias específicas de pobres: se não se afirma explicitamente que pertencem ao grupo dos *ptôchoi*, têm condições de vida muito precária. Exemplos dessas situações se encontram nas parábolas. Se elas são fundamentalmente comparações, convites para ouvir, estimulando uma transferência de juízo da situação fictícia do relato para uma real⁵, precisamente para serem significativas refletem por certo condições concretas da época de Jesus. Em 15,17.19 aparece a figura dos *mercenários (mistioi)*. Trata-se de trabalhadores por jornada que recebem um pagamento decidido pelo patrão. Também Mt 20,1-16 menciona esses operários assalariados (*místhôsthai*, vv. 1.7). Sua sobrevivência e a de suas famílias está condicionada à possibilidade de trabalho, nem sempre fácil em virtude do excesso de mão-de-obra da sociedade palestinese do séc. I (Mt 20,7).

Ao lado dos mercenários, os *escravos (douloi)*. Estes não podem ser considerados miseráveis no verdadeiro sentido da palavra, mas lhes falta a liberdade, são submetidos mesmo a trabalhos pesados, não recebem salário, embora tenham uma existência garantida na casa do patrão. Só no caso de fuga, especialmente de escravos estrangeiros, sua situação se torna extremamente precária⁶. Lucas que dá um destaque muito especial a esta categoria⁷, lembra os escravos submetidos à autoridade do patrão (17,7.9), que trabalham no campo com a tarefa de arar a terra e pastorear, ainda que se saiba de outras fontes, que eles não têm grande papel na economia rural e são muito menos numerosos que os mercenários⁸. Mencionando a figura do doméstico (*oiketês*), 16,13; At 10,7; Rm 14,4; 1 Pd 2,18), o evangelista sublinha também o papel

⁵ V. FUSCO, *Oltre la parabola. Introduzione alle parabole di Gesù*, Roma 1983, 59, 81; J. DUPONT, *Por que parábolas? O método parabólico de Jesus*, Petrópolis 1980.

⁶ L. SCHOTTROFF — W. STEGEMANN, *Jesús de Nazaret, esperanza de los pobres*, Salamanca 1981, 39; J. JEREMIAS, *Jerusalém no tempo de Jesus*. Pesquisa da história econômico-social no período neotestamentário, São Paulo 1983, 157-159, 414-419, 455-463.

⁷ Ela aparece na parábola do convite ao banquete (14, 17.21, 22.23) e na do pai amoroso (15, 22.26), próprias de Lucas, como também na dos vinhateiros homicidas (20, 9-19).

⁸ JEREMIAS, *Jerusalém*, 159.

dos escravos no quadro da família patriarcal da época. Entre estes servos estão os que têm um particular papel diretivo (*oikonomos*, 12,42)⁹. Trata-se de supervisores, encarregados da manutenção e da administração da casa, que devem olhar pelos outros servos e servas do patrão (*tous paidas kai tas paidiskas*, v.45) e tomar as devidas providências.

O elenco dos indigentes não termina aqui: existem também membros de outras categorias sociais que se encontram em dificuldades econômicas na sociedade do tempo de Jesus. Trata-se, porém, de pessoas individuais e não de grupos.

b) Os abastados

A precária situação dos pobres ganha o devido destaque, se se põe em relação com a riqueza das categorias abastadas. O contraste que Lucas, por motivos redacionais, estabelece entre as classes que estão nos extremos da pirâmide social (cf. 6,20-26); 1,46-55; 16,19-31), segundo uma perspectiva típica do NT (2Co 8,9; Tg 2,2-3; Ap 3,17), pode ser significativo também se referido à situação histórica do tempo de Jesus, na qual existem desequilíbrios econômicos muito grandes.

Algumas parábolas só de Lucas põem em relevo a *riqueza fundiária* ligada à posse da terra. O homem rico, cujo campo produziu muito fruto (12,16-21), que pensa acumular seus muitos bens (v.19) nos celeiros (no plural, v.18), é um exemplo clássico de proprietário que goza de grande fortuna econômica. É um pequeno latifundiário, cuja preocupação é garantir um futuro tranqüilo, através dos bens recolhidos, não necessariamente por meios desonestos¹⁰.

A existência de proprietários de terra está subentendida também na parábola do grande banquete. O convidado que rejeita o convite porque comprou cinco juntas de bois e vai experimentá-los (14,19), deve possuir pelo menos cinquenta hectares de terra, se se tem em conta, de acordo com a opinião de Jeremias¹¹, que o camponês que dispõe de uma ou duas juntas de bois, geralmente é proprietário de dez ou vinte hectares de terra cultivável. Cinquenta hectares (mas provavelmente muito mais, pois a parábola não informa sobre a quantidade de bois que o rico agricultor possuía já antes de sua última aquisição!) é uma respeitável extensão de terra, particularmente se se consideram as exíguas dimensões da Palestina. Do mesmo nível econômico deve ser o homem rico que não tem tempo de acompanhar seu vasto movimento comer-

⁹ Notar a correspondência entre este termo e o de "servo" no v. 45.

¹⁰ J. DUPONT, (Le Beatitudini, II, Roma 1977, 284-288 (288)).

¹¹ J. JEREMIAS, *As parábolas de Jesus*, São Paulo 1980, 178.

cial, pois só se dá conta da desonestidade do administrador, quando o caso se torna público (16,1-8). Não obstante, os exageros dos narradores orientais, os títulos de dívida que os arrendatários e os atacadistas têm com ele, não são de pequena monta: cem *bath* de óleo correspondem aproximadamente a trinta e sete hectolitros e constituem uma dívida de cerca de mil denários; são uma cifra notável, se se calcula que o pagamento da diária de um trabalhador braçal era de um denário (Mt 20,2). Dívida grande é também a de cem *kor* de trigo – duzentos e setenta e cinco quilos, para o autor acima citado – equivalente a cerca de dois mil e quinhentos denários¹².

Nas vastas zonas de propriedades de terra, existentes principalmente na Galiléia¹³, eram necessários hábeis *administradores*, como o feitor inescrupuloso de Lc 16,1. Dada a situação de precariedade econômica do país, se entende que a perda de um emprego podia significar a ruína econômica, mesmo para categorias de dependentes geralmente com recursos e ligados à direção dos negócios dos latifundiários (vv. 3,4)¹⁴.

Ao lado aos detentores da riqueza econômica do mundo agrícola, estão os abastados da cidade. A *aristocracia sacerdotal* certamente constitui uma classe alta do país. Lucas não descreve seu nível econômico superior, mas sublinha antes seu poder político, notando que o sumo sacerdote preside o sínédrio (22,66), a assembléia dos notáveis do povo (At 5,21). Porém, por outras fontes, se conhecem as ótimas condições financeiras das quatro famílias sacerdotais da época. O sumo sacerdote é o primeiro a escolher a sua parte entre as ofertas feitas ao templo, cuja riqueza é fonte de renda para as famílias dentre as quais é eleito. A ele pertence o comércio dos animais e dos objetos de luxo a oferecer a Deus no santuário. Flávio Josefo fala das aquisições a preços exorbitantes da classe sacerdotal, dos vestidos luxuosos; lembra os furtos do dízimo, motivados por um desejo de lucro sempre crescente¹⁵. Também os altos funcionários do templo, dentre os quais Lucas menciona o chefe da polícia (*stratêgos*, 22,4.52; At 4,1; 5,24), gozam de muitos desses benefícios.

¹² *Ib.*, 182-183; I. H. MARSHALL, *The Gospel of Luke. A Commentary on the Greek Text*, Exeter 1978, 618-619; O. da SPINETOLI, *Luca*, Assisi 1982, 515-520.

¹³ J. LEIPOLDT – W. GRUNDMANN, *El mundo del Nuevo Testamento*, Madrid 1973, 197.

¹⁴ Na parábola das minas (19, 11-27), Lucas parece deixar entrever a situação de proprietários de terra que desejam fazer seus súditos participarem da administração, seus riscos e suas possíveis vantagens. Cf. SPINETOLI, *Luca*, 594.

¹⁵ JEREMIAS, *Jerusalém*, 134-143.

Também a nobreza leiga do país, os *anciãos*, constituída pelos chefes das famílias mais influentes, que exercem uma autoridade colegiada, tanto nas pequenas cidades (7,3), como em Jerusalém (22,52; At 4,5.8; 6,12), são pessoas ricas. Rico é José de Arimatéia (Mt 27,57), qualificado por Lucas como membro do Sinédrio (23,52). Muito rico também é o homem de posição social elevada que aparece em Lc 18,23, provavelmente também ele membro do Sinédrio (23,13.35; 24,20) ou pessoa influente na sinagoga (8,41), pois Lucas usa o termo "chefe" (*archôn*), que o classifica numa dessas categorias de cidadãos¹⁶.

A pertença das famílias aristocráticas e da nobreza sacerdotal à mesma corrente conservadora dos *saduceus* contribui para estreitar os vínculos entre estas duas classes sociais¹⁷. Estes estão bem longe de serem abalados pelos problemas sociais da época, porque, de acordo com uma perspectiva vétero-testamentária parcial, consideram a sua prosperidade econômica sinal da bênção do céu e de sua "justiça" diante de Deus¹⁸. O contraste com a classe dos miseráveis é aceito como um dado de fato.

Os *escribas* aparecem ao lado das duas categorias abastadas acima mencionadas (9,22; 19,47; 20,1.19; 22,2.66; 23,10). Se existem escribas de famílias aristocráticas da corrente saducéia, a maior parte deles é de condição modesta e pertence à corrente farisaica¹⁹. Porque o ensino da lei é gratuito, eles têm que trabalhar para viver. Sabe-se que doutores célebres, de condição social popular, foram alfaiates, fabricantes de tendas (At 18,3), sapateiros, pedreiros, comerciantes de vinho..., ainda que muitas profissões fossem evitadas por suspeita de impureza ou por perigosas para uma vida segundo a lei²⁰. Se, portanto, os escribas não podem ser incluídos entre as classes economicamente ricas do país, detêm, porém, um amplo poder no âmbito religioso, determinam a orientação da sociedade teocrática da época, representando a aristocracia intelec-

¹⁶ Ib., 303-316.

¹⁷ Lucas nota, em At 23,7, que, diante das palavras de Paulo, se origina um conflito entre saduceus e fariseus, respectivamente contra e a favor das asserções do apóstolo. Em 23,14 afirma que seus opositores são os sumos sacerdotes e os anciãos. A ligação destas categorias com os saduceus é evidente. Cf. JEREMIAS, *Jerusalém*, 313.

¹⁸ H. ECHEGARAY, *La práctica de Jesús*, Lima 1981, 102.

¹⁹ A expressão "escribas dos fariseus" (6,30; At 23,9) faz supor a existência de escribas pertencentes à corrente oposta de pensamento. Cf. JEREMIAS, *Jerusalém*, 315 que cita Flávio Josefo, *Ant 18*, 1, 4.

²⁰ LEIPOLT-GRUNDMANN, *Mundo*, 197, ECHEGARAY, *Práctica*, 115.; JEREMIAS, *Jerusalém*, 319-320.

tual do país. Condenando sua cobiça (20,45; 16,14), Lucas revela a necessidade econômica deste grupo; colocando-os junto aos grandes do país, evidencia sua indiscutível influência.

c) A classe média

Não se pode distinguir adequadamente entre as categorias altamente situadas e alguns membros que exercem profissões que situamos na classe média. Esta gravita, necessariamente, entre os dois pólos extremos da escala social, de acordo com a função e capacidade de seus membros

A figura do *juiz*, mencionada em 18,26 e 12,58, é ligada às classes mais influentes. Lucas esboça com tintas foscas essa categoria de pessoas, embora na parábola se refira só a um deles: indivíduo corrupto, sem respeito para com Deus nem para com os homens, acostumado a cobrir com o manto da legalidade a prepotência dos poderosos, não faz justiça aos indefesos (cf. 1 Rs 21,9-14; Am 5,10-13). Ligado às classes dominantes, deve ser também o *pretor (praktor)*, oficial do sistema judiciário superior ao juiz, a quem se recorre em última instância, lembrado só no terceiro evangelho (12,58), mas sem conotações particulares. Também o *chefe da sinagoga* (8,41), responsável pela sinagoga e pela organização do serviço litúrgico, sob cuja dependência estão os serventes (*hupêretês*, 4,20), é escolhido regularmente entre os anciãos²¹; sendo um personagem que goza de autoridade.

Entre os grupos emergentes Lucas ressalta, mais do que os outros sinóticos, o dos *cobradores de impostos*, a serviço dos romanos²². Encarregados da arrecadação dos direitos de circulação e de alfândega, recebem o ofício em empreitada por uma soma fixa, da qual se ressarcem abundantemente, não evitando abusos ilegítimos (3, 12-13; 19,8). São, pois, dependentes fiéis de quem mandava na Palestina daquele tempo.

Os *soldados* em torno a João Batista formam uma categoria insólita que talvez revele interesse redacional de Lucas²³. A serviço dos po-

²¹ A. GEORGE – P. GRELOT, *Introduzione al Nuovo Testamento, I. Agli inizi dell'era cristiana*, Roma 1977, 89-90.

²² SCHOTTROFF-STEGEMANN, *Jesus*, 23-34. Lucas tem textos próprios referentes a esta categoria (3,12; 7,29; 15,1; 18,13; 19,2). Marcos a menciona só em 2, 15.16.

²³ F. W. HORN, *Glaube und Handel in der Theologie des Lukas*, Göttingen 1983, 94-97; MARSHALL, *Luke*, 143-144. A menção pode indicar a presença de militares convertidos na comunidade lucana, embora se tenha pensado nas forças de Herodes Antipas, estacionadas na Peréia (23,11), ou em tropas auxiliares usadas pelos judeus para funções de polícia ou para dar cobertura aos cobradores de impostos.

derosos, gozam da proteção deles e não é alheio ao seu comportamento a prática da extorsão de dinheiro ou o uso da violência pelo que são apreendidos (3, 14).

Além dessas categorias que pertencem à classe média e vivem à sombra dos poderosos, Lucas menciona em seu evangelho *outros grupos* situados em níveis diferentes na faixa intermédia da escala social. Recorda a existência dos médicos (4,23; 5,31); no campo, os pequenos agricultores (8,5) e pastores (2,8); no lago da Galiléia, os pescadores, talvez organizados em pequenas empresas familiares ou cooperativas (cf. Mc 1,20). Nos núcleos urbanos menciona os hospedeiros (*pandocheus*, só Lc 10,35), em geral pobres, pois eram obrigados, ao menos em Jerusalém, a oferecerem gratuitamente hospedagem aos peregrinos e a receberem como pagamento as peles dos animais sacrificados ou ofertas espontâneas dos hóspedes²⁴. No quadro da população urbana, recorda ainda vários trabalhos artesanais: talhadores de pedra (17,1), moageiros (17,2), tecelões e alfaiates (At 9,38), curtidores de pele (At 9,43; 10,6.32). Alguns ofícios, como os de médico, curtidor de pele, hospedeiro, pastor, não são apreciados, pois de acordo com as normas religiosas do tempo, quem os exerce contrai impureza e se expõe a agir contra a lei²⁵.

Se Lucas não fala de outras categorias de artesãos certamente existentes na sociedade da época, tais como padeiros, fabricantes de óleo e de vinho, oleiros, ferreiros..., recorda em vários momentos do seu relato o *baixo clero*, os sacerdotes (*hiereis*, 1,5.22; 5,14; 10,31; 17,14; At 4,1; 6,7). A vida deles é modesta: geralmente exercem um trabalho compatível com as funções sagradas; eles mesmos são defraudados no direito ao dízimo pelo serviço do templo e na parte dos sacrifícios e das primícias que lhes é devida²⁶. Também os levitas (10,32; cf. At 4,36) que têm a função de músicos ou porteiros do templo, são de modo geral muito pobres.

O evangelho de Lucas nos dá o quadro de uma sociedade tradicional, estratificada, pré-capitalista, sustentada por uma economia fundamentalmente agrícola. Submetida à dominação romana, da qual Lucas lembra o governador (*hêgemôn*), que goza de jurisdição e poder (20, 20), se compõe na realidade de duas classes sociais que se contrapõem: a primeira é constituída pelos que detêm o poder econômico, político e ideológico, a segunda por todos os pobres do país. A classe média,

²⁴ LEIPOLDT-GRUNDMANN, *Mundo*, 202; JEREMIAS, *Jerusalém*, 145-148.

²⁵ JEREMIAS, *Jerusalém*, 403-414.

²⁶ *Ib.*, 149-155; LEIPOLDT-GRUNDMANN, *Mundo*, 202.

embora exista, não tem grande peso no equilíbrio da sociedade, pois lhe falta fisionomia própria, organização e autonomia. Seus membros, por sentimentos, valores, interesses objetivos, inclinam-se, de fato, em direção aos dois pólos extremos da escala social. Algumas profissões, por outro lado, além de serem modestas, são discriminadas.

O terceiro evangelista, atento à realidade dos pobres, mostra uma ironia amarga a respeito dos poderosos: se qualifica Herodes Antipas de "raposa" (13,32), nota — e só ele — que os que dominam os povos e têm poder sobre eles, são de fato chamados "benfeitores" (22,25); com esta última expressão quer denunciar provavelmente tanto a demagogia dos que estão investidos de autoridade, como a dificuldade de avaliação objetiva da situação por parte dos que lhes são submissos.

II. AS CAUSAS DA POBREZA

Lucas não põe em relevo as relações de causa e efeito entre a situação de pobreza existente no país e as causas que a produziram. Limita-se a constatar a diferença entre as classes sociais e descrever-lhes as condições contraditórias. Há, porém, no seu evangelho alguns elementos que permitem compreender os motivos de tal estado de coisas.

Como já notamos, o fato de que grande parte do poder econômico esteja nas mãos das classes altas, da nobreza sacerdotal e das famílias leigas mais influentes, que consolidaram seu patrimônio e o asseguraram através de uma trama de casamentos²⁷, explica por si só grande parte dos problemas da Palestina da época de Jesus. Remonta a Herodes, o Grande, e à sua política de beneficiar seus colaboradores e amigos, a formação das grandes propriedades de terra e do latifúndio. Esta realidade reduz os arrendatários a uma condição de submissão aos patrões, não estimula a produção e impede o desenvolvimento de uma economia de concorrência²⁸.

Mas há outros fatores que influenciam o desenvolvimento econômico do país. A economia de uma região depende da natureza do solo e das condições geográficas. As da Palestina, comparadas com o número de habitantes (pouco menos que um milhão), não são apropriadas para garantir trabalho, alimentação e meios de vida para toda a população²⁹. Lucas distingue entre as várias zonas da região: a montanha da Judéia (*oreinê*, 1,39), com áreas rochosas, cuja terra exige um tratamento espe-

²⁷ GEORGE-GRELOT, *Introduzione*, 69.

²⁸ Cf. *Ant.* 16. 5. 4. dá uma idéia do confisco dos bens, dos donativos feitos pelo monarca; JEREMIAS, *Jerusalém*, 175-178.

²⁹ LEIPOLDT-GRUNDMANN, *Mundo*, 200; E. LOHSE, *L'ambiente del Nuovo Testamento*, Brescia 1980, 159-161.

cial antes de ser cultivada; a planície da Galiléia (*topos pedinos*, 6,17), onde a agricultura prospera abundantemente³⁰; o deserto da zona jordaniana (*erêmos*, 3,2.4; 4,1). Além disso, Lucas menciona a existência de lugares áridos (11,24), de regiões desabitadas (1,80; 15,4). A chuva (*ombros*), necessária à agricultura, depende dos ventos que sopram do oeste (12,54); os do sudeste – *hamsin* – aquecem a atmosfera (12,55). A falta de umidade (*ikmas*, 8,6), a que só Lucas presta atenção, compromete o crescimento da semente. A seca de três anos e seis meses, lembrada em 4,25, não deve ser considerada uma calamidade limitada aos tempos de Elias.

Juntamente com as condições geográficas e climáticas nem sempre favoráveis, a evolução técnica precária faz ser bastante parca a economia da Palestina do tempo de Jesus. A semeadura é feita à mão (8,1); só Lucas entre os sinóticos menciona a existência do arado (9,62), tração provavelmente por bois (14,19) ou asnos. A arqueologia testemunha a presença de notáveis obras hidráulicas para a irrigação, mas não tais que chegassem a atingir todo o país.

Na cidade de Jerusalém, a presença do templo, que atrai todo ano milhares de peregrinos (2,41; At 8,26), favorece o artesanato e o comércio, permitindo maior bem-estar. Se o texto de Lucas menciona o mercado da capital por ocasião da Páscoa (19,45), acena também para a existência de um comércio local nas pequenas cidades (9,13; 12,6; cf. 17,28; Mc 7,4; Mt 25,9), mas o número dos comerciantes autóctones, sedentários e especializados deve ser bastante pequeno. Na Palestina, de fato, o comércio nunca teve grande desenvolvimento, a não ser no litoral e nas grandes vias de comunicação, talvez mais por obra dos colonos gregos e dos mercadores estrangeiros que Herodes, o Grande, atraiu às novas cidades³¹. O comércio é dificultado pelo transporte das mercadorias, feito com animais de carga, pelas péssimas condições das estradas e pela insegurança das viagens (10,30). Dada a pobreza das matérias-primas da Palestina, a necessidade de importar supera a possibilidade de exportação que se reduz a óleo, vinho, perfumes, bálsamo, betume³².

A circulação de dinheiro, portanto, devia ser muito reduzida. As moedas usadas na vida cotidiana são as romanas: denário (7,41; 10,35; 20,24) e asse (12,6), com valor de um sexto em relação à precedente; a

³⁰ Lucas menciona o trigo (12,18; 16,7), a oliveira (19,29; 21,37), da qual se produz óleo (7,46; 10,34; 16,6), a figueira (13,6), a videira (20,9,10).

³¹ GEORGE-GRELOT, *Introduzione*, 70-71.

³² Importante é o comércio externo de importação para o templo. São produtos de luxo, dignos do serviço sagrado, tais como madeira de cedro, de nogueira, incenso, linho, púrpura, bronze. Cf. C. SAULNIER – B. ROLLAND, *A Palestina no tempo de Jesus*, São Paulo 1983, 34-36.

moeda grega dracma (15,8), a pequena moeda palestinese de cobre chamada lepta (21,2; 12,59): estas, de qualquer maneira, devem ser empregadas em âmbitos mais restritos do comércio. É significativo que, em Lucas, os talentos da parábola de Mateus se tornem "minas", com um valor sessenta vezes menor: o evangelista talvez se adapte mais concretamente à realidade econômica da nação. Os bancos (*trapeza*, 19,23), — propriamente a mesa dos cambistas —, onde é depositado a juros o dinheiro recebido, não devem ser uma instituição de grande incidência na vida da época. De resto, a economia deste tempo, ao menos fora de Jerusalém, é fundamentalmente de troca, como nos leva a crer o texto de 16,6.7.

A grande causa da pobreza da Palestina são, certamente, os impostos. A dominação romana através deles onera pesadamente o país. Roma, de fato, necessita para sua vida, dos bens das nações submetidas que obtém com uma exploração progressiva. Os próprios procuradores romanos, violentos e cínicos (13,1), não escondem a avidez por dinheiro (At 24,26). O recenseamento é a operação prévia a uma correta taxaço: apenas Lucas menciona este sinal evidente de dependência de uma província em relação à capital, por ocasião do nascimento de Jesus (2,2.3.5)³³. A lista oficial dos súditos do império tem por objetivo conhecer o número exato de habitantes e a monta de seus recursos pessoais, para poder, então, determinar os impostos. Através do recenseamento, portanto, a ocupação entra na vida da população dominada³⁴; por isso, é freqüentemente acompanhado de motins. Em At 5,37 é registrado o acontecido por ocasião do recenseamento de Quirino em 6-7 d.C., que provoca a insurreição de Judas, o Galileu. É, por certo, uma revolta política ditada pela injustiça da opressão, mas com uma dimensão também religiosa: a consciência de que pagar o tributo ao estrangeiro é faltar com a fidelidade a Deus, reconhecido como único Senhor³⁵.

³³ O texto, do ponto de vista histórico, apresenta muitas dificuldades. Não se conhece um recenseamento de "todo" o império. Talvez Lucas queira indicar a intenção do imperador de que todos paguem os impostos. A mudança do lugar de habitação para o de nascimento é contra o costume romano. Mas para os que não são cidadãos romanos, esta prática é exigida na medida em que alguém tem propriedade fora do distrito onde habita. Também a presença da mulher é estranha, mas possível fora da Itália. A dificuldade maior diz respeito à afirmação de que naquele tempo Quirino era governador da Síria. Ele o foi entre 6 e 9 d.C., cerca de dez anos após o acontecimento. Há várias soluções possíveis ao problema. Cf. SCHÜRMAN, *Luca*, 213-217; MARSHALL, *Luke*, 97-107.

³⁴ A expressão é de SPINETOLI, *Luca*, 99.

³⁵ ECHEGARAY, *Prática*, 145-146; cf. Flávio Josefo, *Bell.* 2, 17, 9; 2, 8, 1; 7, 8, 1.

O tributo devido a Roma (*phoros*, 20,22; 23,2) é uma taxa proporcional, direta, a que todo súdito estava obrigado (*tributum capitis*). A esta se junta outra taxa sobre as propriedades possuídas, paga "in natura" (*tributum agris*), sem contar os tributos pela circulação de mercadorias e de pessoas, recolhidos pelos publicanos.

Em 11,42 Lucas recorda ainda o pagamento do dízimo (*apodekaton*) que faz parte do imposto religioso judaico, relativo a todo cidadão. Do texto que menciona a hortelã, a arruda e os legumes se compreende que se trata do dízimo de todos os produtos da terra e do jardim que, com os produtos da agropecuária, pertence ao clero. Sabe-se, porém, que este não é o único imposto da administração hebraica, pois há outros dois tipos de dízimo a serem pagos alternativamente cada ano, aos quais se acrescentam o "per capita" que deve ser entregue ao templo (Mt 17,24)³⁶.

Tendo em conta a existência do latifúndio, o subdesenvolvimento do país e as pesadas taxações, compreende-se que o evangelho de Lucas, mais que pobres, apresenta depauperados. Em tais condições o fenômeno migratório em direção à cidade se intensifica: as construções de Herodes, o Grande, de resto, deram forte impulso à urbanização, acelerando evidentemente o depauperamento das massas rurais.

O sobrevir de calamidades nacionais, como a carestia no tempo de Cláudio, lembrada em At 11,27, leva a um limite extremo a miséria do país (cf. Lc 15,14.17). Compreende-se, portanto, como em tal situação da economia palestinese, sejam tantos os bandidos ao longo das estradas (10,30.36) e se multipliquem os episódios de violência em relação aos bens de primeira necessidade (6,29b.30b)³⁷. Favorece-se a emigração dos filhos mais novos (aludida talvez em 15,12-13), uma vez que estes, segundo as normas de sucessão vigentes, só herdaram parte dos bens móveis, enquanto os imóveis são destinados unicamente aos primogênitos³⁸.

III. OS POBRES NO TEMPO DE LUCAS

Lucas reinterpreta a situação social do tempo de Jesus, apresentada no evangelho, aplicando-a às novas condições de sua comunidade. Os

³⁶ Dt 14, 22-29; 26, 12-15; Lv 27, 30-33 são textos sobre os quais se baseia tal obrigação religiosa hebraica. Cf. JEREMIAS, *Jerusalém*, 190-194. Uma rápida síntese é oferecida por C. BOFF, "Atuação política de Jesus", *Fé e compromisso político*, São Paulo 1982, 33-53 (39-40) e por E. MORIN, *Jesus e as estruturas de seu tempo*, São Paulo 1982, 35.

³⁷ LEIPOLDT-GRUNDMANN, *Mundo*, 203, adverte que na Palestina, entre o séc. I a.C. e o séc. I d.C. a pobreza aumenta.

³⁸ *Ib.*, 201.

pobres e os ricos não são mais os mesmos, mas conotam categorias diferentes, como o estudo da redação do evangelista permite observar.

Para o evangelista, os necessitados são os discípulos, e não mais os miseráveis do tempo de Jesus. De fato, os ouvintes da mensagem das bem-aventuranças são qualificados como uma "grande turba de discípulos e uma multidão numerosa de povo" (6,17). Tais discípulos, em Lucas, não se confundem com as multidões (7,11; 12,1; 20,45), todavia tampouco se identificam com os Doze, como parece sugerir Marcos. Pois quando Jesus escolhe os apóstolos (6,13), chama a si os seus discípulos e entre esses escolhe doze. Isto indica que para Lucas os discípulos são um grupo mais vasto, menos definido³⁹ e como tal, apto a representar os fiéis. Também a expressão "numerosa multidão de povo" desperta a suspeita de que Lucas, redigindo a introdução ao discurso da planície, pensa na multidão dos cristãos. Não por acaso usa nos Atos a expressão "a multidão dos discípulos" (6,2) para indicar a comunidade dos fiéis e fala dos mesmos, qualificando-os de "multidões" (4,32; 5,14; 6,5; 14,1) e de "turbas" (1,15; 6,7; 11,24.26; 19,26).

No próprio texto das bem-aventuranças se nota, de resto, outra mudança redacional de Lucas em relação a Mateus. A segunda pessoa do plural é aplicada não só à última bem-aventurança, que, nos dois evangelistas se refere claramente aos discípulos perseguidos por causa do Filho do Homem⁴⁰, mas se estende às três precedentes, nas quais Mateus usa a terceira pessoa do plural. Se o emprego de "vós" torna mais vivo o discurso de Jesus, que parece dirigir-se diretamente aos miseráveis que estão a sua frente, de fato, a nível de redação, indica uma mudança de perspectiva: a atenção do evangelista se volta aos discípulos aos quais é endereçado o discurso e àqueles a quem estes representam. Com efeito, muitas vezes no terceiro evangelho, com o pronome na segunda pessoa do plural, Lucas parece interpelar diretamente os membros de sua comunidade. Na exortação à coragem de testemunhar (12,1-12), isto é posto em relevo, tanto pela expressão que falta em Mateus, repetida duas vezes no texto (vv. 4.8): "mas eu vos digo", quanto pelo modo como Jesus qualifica seus ouvintes: "meus amigos" (v.4). Também o apelativo de "pequeno rebanho" (v.32) é referido por Lucas à sua igreja, convidada a abandonar-se à providência de Deus. Esta perspectiva é clara também no discurso escatológico, na secção que anuncia as futuras perseguições da comunidade (21,12-19), através do uso constante do "vós" e, no v.16, diferente de Marcos, com o emprego da segunda pessoa do plural ("sereis entregues", "matarão alguns dentre vós"). A con-

³⁹ DUPONT, *Beatitudini*, II, 29-36.

⁴⁰ O termo "odiar", que ocorre tanto em 6,22 como em 6,27, facilita esta ligação.

clusão do v. 19, "com a vossa perseverança salvareis as vossas almas". própria de Lucas, é uma ulterior confirmação do esforço de atualização característico do evangelista⁴¹. Os pobres, os famintos, os que choram, a quem Jesus se dirige, tornam-se assim, para Lucas, os membros de sua comunidade, na precariedade da situação de sua existência. No texto das bem-aventuranças esta interpretação é reforçada por outras notas redacionais, como o advérbio "agora" (6,21a.b) e a expressão "naquele dia" (v. 23), que indicam que o evangelista se está ocupando de situações que lhe são contemporâneas.

Os novos infelizes não são mais os miseráveis, mas os que unem, a uma situação social de carência, uma dimensão espiritual e se avizinham, portanto, dos pobres de espírito, de que fala Mt 5,3. A categoria dos "famintos" que se encontra nas bem-aventuranças (6,21), aparece também no texto do Magnificat (1,53), onde está em paralelismo sinonímico com a dos "humildes" (*tapeinoi*, v.52). Estes últimos são caracterizados por uma particular dimensão espiritual diante de Deus, da qual Maria é a representante mais significativa (*tapeinôsis*, v.48). São os que temem ao Senhor (*phoboumenoi*, v.50), que representam o Israel segundo a promessa, ou seja, o servo (*país*) de YHWH, assim como Maria é a sua serva obediente (*doulê*) (vv.54.38). Se Lucas neste texto pensa na comunidade vétero-testamentária dos "anawim", aberta à vinda do Messias, não está excluído que ele se dirija também ao grupo judeu-cristão da diáspora que constitui sua igreja. Além do mais, o termo "consolação" (*paraklêsis*, 6,24), que indica a recompensa futura, é um termo que na linguagem bíblica conota a salvação dos piedosos, aquela que no templo esperam os fiéis em torno à profetisa Ana (2,25)⁴².

Também a figura de Lázaro, na sua morte acolhido "no seio de Abraão" (16,22) e consolado (*parakaleitai*, v.25) após uma vida de privação, é assimilada na redação do evangelista à de um justo de Israel. De resto, seu próprio nome significa "Deus ajuda" e serve para conotar a categoria dos que esperam só na ajuda do Altíssimo⁴³.

Se Lucas reinterpreta a figura do pobre, faz o mesmo com a do rico. Como já foi notado por Dupont, as maldições, próprias do terceiro evangelista (6,24-26), não são endereçadas às mesmas pessoas a quem se dirigem as bem-aventuranças precedentes (6,20-23)⁴⁴. Segundo o autor, dois elementos literários evidenciam-no. Antes de tudo a partícula adversativa "mas" (*plên*), que pertence ao material lucano comum com

⁴¹ DUPONT, *Beatitudini*, II, 36-40.

⁴² HORN, *Glaube*, 137-138.

⁴³ A. GEORGE, "La parole du riche et de Lazare (Lc 16)", *AssSeign* 57 (1971) 80-93; DUPONT, *Beatitudini*, II, 251-283.

⁴⁴ *Ib.*, 40-60; HORN, *Glaube*, 130-137.

Mateus, mas que é também um traço distintivo de sua redação. Colocada no início do v.24, assinala um corte no texto. No v. 27 a expressão "mas eu digo a vós que me *escutais*", indica uma retomada, apresentando semelhança com outros dois textos próprios de Lucas (11,9; 16,9) que se seguem a uma parábola e introduzem uma aplicação (cf., porém, também Mc 13,37 e Mt 16,18) de caráter redacional. A expressão do v.27 religa, portanto, o texto ao v.18, que nomeia os que vieram para junto de Jesus "para *escutá-lo* e serem curados", assim como apresenta uma relação com o texto de 6,47, no qual se sublinha ainda a importância de *escutar* as palavras de Jesus.

Se se tem em conta estes dois elementos redacionais é possível pensar que em Lucas o discurso da planície, do v.27 ao v.49, assim como o texto das bem-aventuranças (vv.20-23), dizem respeito aos ouvintes de Jesus, enquanto que as maldições são dirigidas a outra categoria de pessoas que não pertencem nem ao círculo em torno a Jesus, nem à comunidade do evangelista, mesmo que ele, por motivo de paralelismo, redija tanto as bem-aventuranças como os "ais" na segunda pessoa do plural.

Sobre a identidade destas pessoas se pode de certo modo levantar uma hipótese, considerando que, no v.26, se comportam como os próprios antecessores, tratando os discípulos como o faziam os seus "pais" que desprezavam os verdadeiros profetas e exaltavam os falsos (cf. v. 23b). Assim o texto parece indicar os judeus incrédulos, perseguidores da comunidade, mas respeitados e bajulados pelos outros judeus⁴⁵. Segundo esta provável interpretação do texto das maldições, Lucas parece ver no contraste entre pobres e ricos da época de Jesus, o conflito que no primeiro século opõe judeus e cristãos. Tal problemática, que domina todo o livro dos Atos, constitui, de resto, o pano de fundo da perícopie sobre a visita de Jesus a Nazaré, que tem valor programático (4,16-30). Dupont valoriza esta perspectiva, afirmando que os ricos e os saciados, que não pertencem ao auditório imediato de Jesus, são apresentados no texto como pessoas que não ouvem. Esta é a conotação com que Lucas qualifica em At 28,28 os judeus em contraste com os pagãos que, ao contrário, escutarão⁴⁶.

Também a figura do rico epulão, que se dirige a Abraão invocando-o com o apelativo "pai" (16, 24.30) e por ele é chamado "filho" (v. 25), a quem é lembrada a importância da lei e dos profetas (vv. 29-31), que devem ser ouvidos, pode orientar a compreensão de quem são os opositores da comunidade primitiva, onde se encontram os pobres de espírito esboçados por Lucas na figura de Lázaro. De resto, é exortando

⁴⁵ DUPONT, *Beatitudini*, II, 57-58.

⁴⁶ *Ib.*, 58.

à escuta da lei e dos profetas que Paulo em At 28, 23-28 procura converter os judeus incrédulos da comunidade de Roma⁴⁷.

Não obstante a margem de incerteza desta leitura, é importante constatar que o evangelista se esforça em aplicar a mensagem do evangelho à situação da sua igreja. Procurando iluminar a polémica entre igreja e sinagoga, Lucas, portanto, a nível redacional, interpreta, segundo uma dimensão religiosa, e não mais como conflito social, os contrastes entre classes pobres e ricas da época de Jesus. Esta consideração é importante, porque mostra como na própria tradição evangélica existem hermenêuticas diferentes de um mesmo problema e assim se estimula a Igreja de qualquer tempo a determinar, no contexto histórico em que vive, quem são os pobres e os ricos.

Se o evangelista, na releitura de alguns de seus textos, aplica as categorias de ricos, saciados, gozadores, soberbos e poderosos ao judaísmo refratário à fé cristã, isto não exclui que em sua comunidade se encontre gente economicamente abastada, vivendo sua fé em comunhão com pessoas de menores posses. É o que se deduz claramente dos Atos dos Apóstolos, onde se sublinha, na primitiva comunidade, a existência de cristãos que possuem bens imóveis e, movidos pela fé e pelo amor, os vendem e põem à disposição dos mais pobres (2, 45; 4, 34-35). Tal partilha é livre (5, 4), como indica a menção do gesto de Barnabé (4, 36-37), certamente fora do comum. A insistência com que Lucas nos Atos refere a conversão de pessoas de um certo nível, como comerciantes e artesãos (16, 14; 18, 3), senhoras da alta sociedade (17, 4.12), chefes de sinagoga (18, 8.17), oficiais romanos (13, 12; 10, 1-2.48), tem como objetivo não apenas dizer do sucesso da missão apostólica também nas camadas altas da sociedade, mas, além disso, apresentar exemplos para sua própria comunidade, que em seu meio tem representantes dessas camadas sociais.

No evangelho, ademais, a exortação a convidar para a ceia os pobres e os doentes e não os amigos ou vizinhos ricos (14, 12-13), endereçada a um chefe dos fariseus (v. 1), não é sem significado para os cristãos abastados da comunidade de Lucas. A parábola de Lázaro e do rico epulão (16, 19-31) quer fazer compreender o perigo do dinheiro, que pode comprometer a conversão (v. 30b.31b); na mesma perspectiva leia-se o texto do rico notável que recusa o convite para seguir a Jesus (18, 18-30). O exemplo da viúva que lança o seu pequeno óbulo no tesouro do templo (21, 1-4), em contraste com a atitude superficial dos ricos, que no relato são relacionados com os escribas (20, 46-47), ensina aos fiéis como deve ser usada a riqueza, considerando mais que o que se

⁴⁷ HORN, *Glaube*, 146-147.

dá aos outros, o que cada um tem para si. Zaqueu, de resto, é o exemplo concreto de como um rico, através da conversão sincera, pode vir a fazer parte da comunidade cristã⁴⁸.

A preocupação do evangelista pelo apego aos bens materiais por parte de alguns membros de sua comunidade se manifesta também em outras notas redacionais do evangelho, tais a acusação de serem amantes do dinheiro (*philargyroi*, 16,14), dirigido aos fariseus, e o alerta contra toda avareza (*pleonexia*, 12,15), feito à multidão. É claro que Lucas está refletindo sobre alguns vícios de sua igreja, exortando a um uso cristão dos bens de fortuna. É interessante notar que apenas Lucas em 8,14 sublinha que com a riqueza, também "os prazeres da vida" podem comprometer o desenvolvimento da palavra de Deus; que em 9,25, mudando o texto de Marcos, afirme o absurdo de ganhar o mundo inteiro se depois a pessoa se vem a perder e a "arruinar", passando de uma consideração escatológica a outra no âmbito sócio-econômico. No discurso escatológico, enfim, o alerta aos cristãos contra a devassidão, a embriaguês e as preocupações da vida (21, 34-36) retoma elementos que, embora com terminologia diferente, se encontram em textos que no seu evangelho se referem aos que gozam de bens terrenos (12,16-20.45; 16, 19-26; 17,27). Tudo isto indica a pluralidade da comunidade de Lucas, compreendendo em si tanto pobres como ricos.

IV. A PRÁXIS CRISTÃ

No quadro da sociedade da época, caracterizado pelas grandes diferenças sociais, Lucas sublinha que Jesus é o messias dos pobres, que a rede de relações que qualifica sua existência é determinada pela presença de gente mísera, mesmo que a pobreza de Jesus seja mais ampla que a estritamente econômica, pois implica em não poder dispor de seu tempo (4,14-15; 6,17-19), em ser condenado sem defesa à morte ignominiosa.

O evangelista põe também em evidência que tal situação de pobreza é um mal que deve desaparecer do Reino, que no *eschaton* Deus exercerá suas prerrogativas reais, reabilitando os pobres, reconhecendo seus direitos que neste mundo são conculcados. Os pobres são declarados bem-aventurados, não pelas suas qualidades morais ou religiosas, mas porque sua miséria comove o coração de Deus (6,20)⁴⁹. Além disto, Lucas dá orientações práticas aos fiéis na triste situação econômica de seu tempo.

⁴⁸ Ib., 115-117; MARSHALL, *Luke*, 694-699; DUPONT, *Beatitudini*, II 247-251.

⁴⁹ DUPONT, *Beatitudini*, I, 577-634.

a) Praticar a justiça

É um primeiro e urgente dever. Aos publicanos João Batista lembra que não exijam mais do que lhes foi ordenado, desmascarando sua tendência freqüente a tirar proveito pessoal e sua arbitrariedade (3,12-13); aos soldados, de maneira prática e clara, manda não extorquirem dinheiro, não caluniarem e contentarem-se com o próprio salário (v. 14). Pedese um comportamento comedido, não um posicionamento revolucionário, nota com perspicácia Spinetoli: de fato, não é abordada a questão da legalidade do "sistema" que tolera e até promove tais iniquidades; não se põe em dúvida a liceidade do "que foi ordenado", tratando-se por certo de uma perspectiva que não estava ainda madura no tempo do evangelista⁵⁰. É claro que o discurso do Batista reflete a instância da catequese batismal da comunidade primitiva. Assim, de fato, Lucas se dirige aos seus cristãos. Alguns elementos literários põem-no às claras. A tríplice interrogação "o que devemos fazer" (3, 10.12.14) é também a pergunta da multidão no dia de Pentecostes, depois de ter ouvido o discurso querigmático de Pedro (At 2,37; cf. 16,30); o apelativo "mestre" (*didaskalos*), com que Lucas qualifica João (v. 12) é normalmente usado para indicar quem tem a função do ensino na igreja dos primórdios (Ef. 4,11; 2Tm 1,11; Tg 3,1; At 13,1)⁵¹.

Uma obrigação iniludível é a da restituição do que foi defraudado. Zaqueu é um exemplo eloqüente de como se deve realizar a reparação dos danos causados aos outros (19,8). Tal ato de justiça está implicado em uma conversão genuína, e é mesmo sua primeira expressão. Com este gesto o chefe dos publicanos provavelmente rompe com a categoria social a que pertencia e com o trabalho injusto que exercia. O texto de Lucas sublinha que, só depois da decisão honesta de conversão de Zaqueu (v.8), a salvação entra em sua casa (v.9).

A obrigação de restituir, sublinhada por Lucas, corresponde a uma legislação vétero-testamentária formal, seja em caso de furto (Ex 22,1-3), seja de negligência responsável que determina danos a terceiros (Ex 21,33-36; Lv 5,20-24; 24,18). Se isto significava às vezes simplesmente pôr em prática a lei do talião (Lv 24,19-20) ou acrescentar um quinto a mais em relação à dívida com o santuário (Lv 5,7.16.24), a resolução de Zaqueu de restituir o quádruplo pode pasmar. Mas há casos no AT que iluminam tal comportamento. No caso de roubo, de

⁵⁰ SPINETOLI, *Luca*, 149-150.

⁵¹ HORN, *Glaube*, 93-94. O autor pensa que tanto o conteúdo como o esquema da pregação de João Batista correspondem a modelos da catequese primitiva. Cf. SCHÜRMAN, *Luca*, 313; J. A. FITZMYER, *The Gospel According to Luke* (I-IX), Garden City 1981, 463-466.

matança ou venda de animais alheios, o culpado é obrigado a restituir cinco bois por um boi, quatro ovelhas por uma ovelha (Ex 21,37). Na parábola de Natã, Davi afirma que o malvado deve pagar quatro vezes o valor da ovelha (2 Sm 12,6); em Pr 6,31 o ladrão preso em flagrante deve restituir o sétuplo, o que pode incluir a entrega de todos os bens da sua casa (cf. entretanto Ex 22,3.6). Só o ímpio toma em empréstimo e não restitui (Sl 37,21).

Tudo isto, considerado em sua globalidade, indica com quanta seriedade o AT exige o respeito aos bens alheios e uma reparação abundante dos abusos cometidos neste campo.

b) Compartilhar os próprios bens

Um modo simples de realizar tal preceito é a esmola. Lucas mostra particular interesse por este modo de ajudar os outros através de observações próprias que, conectando-se com certa dificuldade com o conjunto do texto, revelam seu caráter redacional⁵².

Em 11,41, por ocasião de um banquete, a denúncia de Jesus à superficialidade do comportamento farisaico, preocupado só com a exterioridade, é seguida de uma exortação a darem esmola daquilo que está no prato, assim "tudo será puro para vós". A expressão *ta enonta*, "aquilo que está dentro", é, provavelmente, usada em sentido metafórico para indicar o conteúdo da bolsa, da carteira. Segundo Lucas, portanto, um gesto de desfazer-se das próprias riquezas em favor dos necessitados, como é a esmola, purifica o homem todo, liberta o coração do apego egoísta. O texto que considera a beneficência em primeiro lugar como meio de purificação pessoal, não exclui sua dimensão de ajuda social.

Esta é posta em evidência na perícopes relativa à confiança na providência divina, com uma exortação direta à comunidade: "vendei o que possuís e dai-o em esmola" (12,33). A consideração da paternidade de Deus deve permitir aos que têm fé, deporem toda ânsia pelos bens deste mundo, como o alimento, a roupa (v.22), a bebida (v.29) e pôr-se numa atitude de efetivo altruísmo em relação aos outros. Trata-se de realizar gestos de relevância social em favor dos necessitados. No texto de Lucas, diferentemente do paralelo em Mateus, a exortação a desfazer-se dos próprios bens e dá-los em esmola (v.33) segue à declaração de que o Reino de Deus é dado a quem crê (v.32). Esta aproximação de versículos parece, talvez, indicar que a partilha dos bens é um meio para que o Reino possa eficazmente inserir-se na história e começar a mani-

⁵² O tema da esmola é lucano. Encontra-se apenas uma vez em Mt. 6,2,3,4 e está ausente em Mc.

festar-se. De resto, Lucas sublinha mais que os outros sinóticos a dimensão presente do Reino (17,21; 7,28; 9,62; 16,16). Em tal contexto, portanto, a expressão "buscai o Reino... e estas coisas vos serão dadas por acréscimo" não indica apenas a atitude de fé, esperança e caridade que o fiel deve ter, mas é um convite concreto a empenhar-se em nome de Deus pelo bem dos outros.

O convite à prática da esmola, implícito também na exortação de 16,9 de "fazer-se amigos com a mamona da iniquidade", é ilustrado por Lucas nos Atos com o exemplo concreto de Cornélio (10,2.4.31) e de Tabita (9,36), lembrados por suas doações aos pobres.

O tema do vender o que se possui e distribuí-lo aos pobres, presente também em Lc 18,22 e 19,8a, adquire todo o seu relevo, se enquadrado no tema mais amplo que acentua a radicalidade do comportamento cristão. O evangelista põe-no em evidência com elementos redacionais próprios; no chamamento dos discípulos só Lucas exige o abandono de "tudo" (5,11.28); só ele tem a expressão "qualquer um de vós que não renuncia a todos os seus bens não pode ser meu discípulo", numa perícopes que exorta a uma decisão radical (14,33); só Lucas exorta a dividir com os necessitados sem esperar retribuição terrena (14,14). Todos esses elementos indicam a importância que Lucas atribui à efetiva ajuda aos outros, colocando às claras que a verdade do seguimento afeta as atitudes da pessoa em relação aos seus bens.

Insistindo sobre o dever da esmola e da partilha dos bens, Lucas persegue, portanto, dois objetivos. Antes de tudo o de mostrar como a vida cristã, embora com um horizonte de fé diferente, se liga à práxis vétero-testamentária, na qual dar esmola é um modo de estabelecer a justiça de Deus sobre a terra, conforme indica o termo hebraico *šēdāqâ*, traduzido em grego por *eleemosynê*. É por isto que tal prática, feita sem lamentar-se (Tb 4, 16b), sem impaciência (Eclo 7,10), proporcionalmente a suas posses (Tb 4,8; Eclo 17,22), é agradável a Deus (Tb 4,11), é sacrifício de louvor (Eclo 35,2), permanece pelos séculos (Eclo 40,17).

Em segundo lugar Lucas quer sublinhar o *ethos* da comunidade primitiva (At 2,45; 4,34-37) e exortar seus cristãos, em particular os ricos, a viverem em uma dinâmica de generosidade segundo a palavra de Jesus de que há mais felicidade em dar que em receber" (At 20,35). Ele, que não fala das medidas públicas, praticadas pelos responsáveis pela nação, para vir ao encontro dos necessitados⁵³, acena não só à obri-

⁵³ Flávio Josefo menciona as medidas tomadas por Herodes, o Grande, por ocasião da carestia de 25-24 a.C. (*Ant.* 15,19,2), assim como as ajudas oferecidas por Herodes Agripas I e pela rainha Helena de Adiabene, convertida ao judaísmo, nos anos difíceis entre 47 e 49 d.C. (*Ant.* 19,7,3; 20,2,5). Sobre a prática de beneficência pública, cf. JEREMIAS, *Jerusalém*, 186-187. 187-189.

gação de beneficência dos indivíduos, mas também à da comunidade religiosa. A beneficência comunitária, descrita nos Atos, se inspira provavelmente nos modelos judaicos que contemplam a distribuição cotidiana de um prato aos pobres (*tamhûy*), talvez oferecido durante a refeição comum da comunidade (2,46), e um subsídio mensal para as pessoas domiciliadas no lugar (*qûppah*) (cf. 6,1).

c) Dar incondicionalmente

O texto de Lucas 6,29-30 que sublinha a necessidade de dar sem limites, não parece dizer nada de novo em relação aos trechos recém-examinados relativos ao dever da esmola; é por isto que alguns autores o tratam junto com os precedentes. Não obstante, indica uma modalidade diferente de dar e como tal abre uma perspectiva nova. O contexto em que Lucas propõe essa exortação aos discípulos, não é genérico, mas refere-se a uma situação social precisa, caracterizada pela presença de mendigos (v.30a), de necessitados de empréstimos (vv.34.35), de ladrões (vv.29b.30b). É bom considerar a ordem das idéias propostas pelo próprio Lucas em 6,27-36. Schürmann faz uma boa análise a propósito: vamos relatá-la.

As duas duplas de paralelismo, que nos vv. 27-28 abrem o discurso, convidam a opor sinais de amor aos sinais de ódio: amar os inimigos, fazer o bem aos que odeiam, bendizer os que maldizem, orar pelos que caluniam. Assim se indica a grandeza do comportamento cristão que procura o bem do próprio adversário, pedindo a Deus socorros e bênçãos para ele.

O v. 29 descreve num crescendo o paradoxo da vida cristã, trazendo dois exemplos concretos: consiste em suportar a violência (apresentar a outra face a quem bate) e em aceitar de bom grado a extorsão ilegítima feita através de violência (a quem te arrancar o manto e a túnica, não o impeças).

A disponibilidade a deixar-se despojar de tudo constitui o ponto culminante desta atitude de oferta total em favor dos outros, como se afirma no v.30. É necessário dar *sempre*, conforme sublinha o presente do imperativo (*didou*), a *todos* os que pedem, e não perseguir o ladrão que leva o que é propriedade pessoal. Todo pedido de quem está em necessidade, deve, portanto, ser ouvido, todo empréstimo pedido deve ser concedido sem obrigação de restituição, todo roubo deve ser suportado. Lucas sublinha desta maneira que se vence o mal quando se está disposto a suportar um ainda maior. É isto acontece quando se está despojado de interesses pessoais⁵⁴.

⁵⁴ SCHÜRMAN, *Luca*, 562-584.

Com este discurso o evangelista certamente não quer que a disponibilidade cristã encoraje a desonestidade e a violência e tampouco que favoreça os que se aproveitam da própria miséria para viver às custas dos outros, violando legítimos direitos; interessa-lhe, simplesmente, indicar a que ponto deve chegar a heroicidade cristã na procura do bem do próximo, indo além de toda norma ética, apesar de todas as injustiças que terá de suportar. Tudo isto é colocar em prática, até as últimas consequências, a regra de ouro do amor, como se diz no v.31.

Se alguém deseja receber para si sempre o melhor, isto é, o que deve fazer aos outros. De resto, as boas ações feitas com intenções utilitaristas, ou seja, com a consciência de receber em troca (vv.32-34), são inadequadas a uma verdadeira vida cristã (é desta maneira que agem "os pecadores").

Com tudo isto Lucas ressalta que a característica do cristão é a bondade criadora, o amor espontâneo e originário, que sabe dar sem nada receber em troca. Tal atitude imita o modo mesmo do agir de Deus, que é bom também para com os ingratos e os malvados (v. 35c), como afirma Lucas, diferentemente de Mateus⁵⁵. É na medida em que o fiel vive tal heroicidade do amor que ele se torna "filho do Altíssimo" (v.35).

Esse comportamento paradoxal do cristão, que vai muito além de um empenho generoso pelo bem do próximo requerido ao fiel, não parece ter muito a ver com a solução dos problemas sociais. Isto em parte é verdade. E interessante, porém, observar que o evangelista recorda este comportamento justamente em relação a uma situação social difícil (vv.29-30). Desse modo, Lucas que no conjunto de sua obra sublinha a importância de praticar a justiça como resposta ao imperativo de Deus sobre o mundo, ressalta que tem importância primária e ainda mais fundamental a transformação do homem. Esta, em termos bíblicos, não é outra coisa que a conversão do coração.

Portanto, o evangelho insiste em que o espírito de patrão que cada um tem dentro de si, seja purificado, aceitando o desígnio de Deus de que o mundo seja de todos sem monopólio de ninguém. Por isto se pode supor que Lucas tenciona dizer que a transformação da sociedade depende da do indivíduo, que não há verdadeira transformação das instituições, se não há uma mudança radical da atitude profunda do homem. De fato, a luta pela justiça nasce de um coração que sempre é parcialmente injusto e, mesmo a contragosto, reproduz as estruturas de injustiça que pretende combater. Se ela é necessária, o evangelho faz

⁵⁵ Mt 5,45 não acentua a disposição negativa do homem que faz destacar o amor gratuito de Deus. Ele afirma que Deus faz nascer o sol "sobre maus e bons", faz cair a chuva "sobre justos e injustos".

compreender que tal luta é um corretivo ao sistema, uma modificação — se se quiser — importante, mas só do velho mundo, pois toda ação histórica, mesmo a revolução, é sempre e só reformista⁵⁶. A verdadeira novidade nasce do homem novo, cujo coração é convertido pela graça de Deus.

Lucas parece indicar, pois, que a solução dos problemas da sociedade transcende o âmbito estritamente político e sócio-econômico. Ela se situa alhures. De resto, Jesus mesmo, que combate o que limita o homem, fazendo milagres, realiza uma libertação apenas parcial dos pobres do seu tempo; ele não os arranca da alienação fundamental própria à vida humana. A intervenção direta de Jesus contra o mal, portanto, não chega à raiz. Jesus obtém a transformação radical e definitiva do mundo, assumindo até as últimas conseqüências a existência marcada pelo pecado e redimindo-a sobre a cruz. O mundo novo não nasce, pois da luta que Jesus declara ao mal, mas da sua oferta total no mistério pascal⁵⁷. O texto de Lucas 6, 29-30 não faz outra coisa que lembrar ao fiel esta perspectiva.

* * * * *

Lucas oferece um quadro particularizado da sociedade do tempo de Jesus, pondo em evidência a divisão econômica entre as camadas sociais, o depauperamento das classes mais pobres e acenando para as causas desta triste situação. Ao mesmo tempo encarna a mensagem do evangelho na sua situação particular, mostrando quem nesta são os pobres e os ricos, convidando, deste modo, cada geração a fazer uma hermenêutica própria.

O evangelista destaca que a pobreza é um mal contrário ao projeto de Deus, segundo o qual as riquezas devem ser divididas equitativamente entre os homens. O dever do cristão é, portanto, empenhar-se no campo social para a realização da justiça. Segundo a mentalidade de seu tempo, Lucas considera a esmola um meio eficaz e recomendável para ajudar os necessitados. Ele não se dá conta de que tal comportamento assistencialista deixa como está a situação e não realiza uma verdadeira promoção humana. Pelo contrário, pode ser uma solução rápida e passiva, que deixa prosperar os desequilíbrios sociais e de certo modo, os justifica. O texto de Lucas, porém, não tem que ser tomado ao pé da letra, de modo míope e limitado. O dever da esmola é só uma orientação para a realização de maior justiça social. Como tal deve inspirar, nas diferen-

⁵⁶ A. RIZZI, *Scandalo e beatitudine della povertà*, Assisi 1975, 189-190.

⁵⁷ *Ib.*, 183-184.

tes situações sócio-econômicas deste mundo, projetos concretos e adequados que tenham em conta, tanto as instâncias evangélicas, quanto as contribuições das modernas ciências humanas, desconhecidas na época do evangelista. Só com tal procedimento se dá uma resposta honesta e eficaz ao que o evangelho exige.

Para Lucas a conversão do coração e o dom de si mesmo aos outros sem limites, que indicam a plena maturidade do ser cristão e representam as coordenadas de fundo de uma práxis que leva este nome, têm incidência também na solução dos problemas sociais. O mundo novo nasce de homens novos: toda realização humana que visa a uma sociedade mais justa, embora na sua provisoriedade e limitação, prepara e antecipa a intervenção definitiva de Deus que é capaz de fazer novas todas as coisas.

Tradução: José Otacílio Leite S.J.

Alberto Casalegno S.J. é licenciado em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico (Roma) e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Lecionou no Seminário Teológico do P.I.M.E., em Monza (Itália), e na Pontifícia Faculdade Teológica da Sardenha. Atualmente é professor da Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (Belo Horizonte, MG). Publicou: *Gesù ed il Tempio*. Studio redazionale di Luca/Atti. Brescia: Morcelliana, 1984.

Endereço: Caixa postal 5047 – 31611 Belo Horizonte – MG